



Nota Técnica SEI nº 21970/2024/MGI

Assunto: **instrução processual e propositura de contratação emergencial para registro de preços de combustível de aviação para abastecimento de aeronaves privadas em operação de assistência humanitária voluntário no Rio Grande do Sul.**

Senhora Diretora da Central de Compras,

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de demanda para subsidiar as ações federais de atendimento às necessidades do Estado do Rio Grande do Sul - RS, no que se refere à contratação do fornecimento de combustível, observadas as normas regulamentares vigentes, em especial as emitidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e incluída a operação segura do abastecimento de:

a) aeronaves civis, cadastradas junto à Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul - RS, e/ou de aeronaves oficiais, objetivando suprir as necessidades de combustível para o transporte aéreo voluntário, a título gratuito, de pessoas, equipamentos e/ou de cargas para distribuição de doações, medicamentos e outros insumos aos municípios (e população) que se encontram em situação calamitosa, decorrente das enchentes e deslizamentos de terra causados pelo recente e atual grande volume de chuvas no Rio Grande do Sul - RS, bem como o transporte em missões de resgate de pessoas e/ou animais;

b) aeronaves oficiais para o uso destinado ao enfrentamento dos impactos decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional no Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024.

2. A contratação emergencial para registro de preços é a modalidade de contratação mais adequada à situação fática e enquadra-se no Inciso VIII no art. 75, combinado com §6º do art. 82, da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõem:

Art. 75. É dispensável a licitação:

...

VIII - nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

...

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

...

§ 6º O sistema de registro de preços poderá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.

3. A dispensa de licitação emergencial de que trata esta nota técnica encontra perfeita aderência às situações para as quais está previsto o regime especial de contratação criado por meio da Medida Provisória (MPV) nº 1.221, de 17 de maio de 2024, que se aplica "às medidas excepcionais a serem adotadas para atendimento às consequências derivadas de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares", devendo cumprir os seguintes requisitos, fixados pela referida MPV:

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de obras e de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública.

§ 1º São condições para a aplicação das medidas excepcionais de que trata esta Medida Provisória:

I - declaração ou reconhecimento do estado de calamidade pública pelo Chefe do Poder Executivo do Estado ou do Distrito Federal ou pelo Poder Executivo federal, nos termos do disposto na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; e

II - ato específico do Poder Executivo federal ou do Chefe do Poder Executivo do Estado ou do Distrito Federal, com a autorização para aplicação das medidas excepcionais e a indicação do prazo dessa autorização.

§ 2º O disposto nesta Medida Provisória aplica-se apenas às medidas excepcionais a serem adotadas para enfrentamento das consequências decorrentes do estado de calamidade de que trata o caput, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, de obras, de serviços, de equipamentos e de outros bens, públicos ou particulares.

§ 3º Para fins do disposto nesta Medida Provisória, considera-se administração pública os órgãos e as entidades abrangidos pelo art. 1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da União, do Estado, do Distrito Federal ou dos Municípios atingidos pela calamidade pública de que trata o caput.

§ 4º O procedimento para a edição do ato autorizativo específico de que trata inciso II do § 1º pelo Poder Executivo federal observará o disposto em regulamento.

3.1. No que se refere ao inciso §1º do art. 1º da Medida Provisória nº 1.221/2024, registra-se que o estado de calamidade pública foi declarado pelo Governo do Estado RS, em 1º de maio de 2024, por meio do **Decreto Estadual nº 57.596/2024** (41996219) e a sua ocorrência foi reconhecida pelo **Decreto Legislativo Federal nº 236/2024**, em 7 de maio de 2024 (41995076).

3.2. Quanto ao inciso II do mesmo dispositivo suprarreferenciado, a Medida Provisória nº 1.221/2024, em seu art. 19, dispensou o ato autorizativo do Presidente da República:

Art. 19. O disposto nesta Medida Provisória aplica-se ao Estado do Rio Grande do Sul, no prazo previsto no Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024, dispensada, nesse caso, a edição dos atos de que trata o § 1º do art. 1º desta Medida Provisória.

4. Cumpre esclarecer que por ser contratação emergencial realizada com dispensa de licitação, é dispensada a elaboração de estudos técnicos preliminares.

5. Esta nota técnica é apêndice do Termo de Referência da Contratação Emergencial para o Registro de Preços de Aquisição de combustível de aviação para o transporte aéreo de pessoas e materiais que objetive o suporte à população dos municípios do estado do Rio Grande do Sul - RS que se encontram em situação de calamidade pública ou de emergência, em razão das enchentes de maio de 2024.

ANÁLISE

6. Considerando a evolução da situação calamitosa que incide sobre o Rio Grande do Sul, até a data de 10 de maio de 2024, com base Relatório Defesa Civil RS - 10 de maio - Municípios afetados (41979274), das 12 horas, publicado ^[1] pela Defesa Civil daquele estado, os principais dados são:

- Municípios afetados: 437
- Pessoas:
 - em abrigos: 70.772;

- desalojadas: 337.346;
- Afetadas: 1.947.372;
- Feridas: 756;
- Desaparecidas: 143; medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento dos impactos decorrentes do estado de calamidade pública em parte do território nacional, reconhecido pelo Congresso Nacional no Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024.
- Óbitos confirmados: 116;
- Óbitos em investigação: 0
- Resgatadas: 70.863;
- Animais resgatados: 9.984;
- Operações:
 - Efetivo atuante: 27.218;
 - Viaturas: 3.466;
 - Aeronaves: 41;
 - Embarcações: 340.

6.1. Em [boletim atualizado](#) do dia 14 de maio, às 9h00 (42024052), pode-se constatar que a situação ainda não está abrandada; ao contrário, os números são de aumento da área, pessoas e estruturas afetadas, como seguir, por reprodução das informações publicadas:

- Municípios afetados: 450;
- Pessoas:
 - em abrigos: 76.884;
 - desalojadas: 538.545;
 - Afetadas: 2.124.203;
 - Feridas: 806;
 - Desaparecidas: 125;
 - Óbitos confirmados: 147;
 - Óbitos em investigação: 0
 - Resgatadas: 76.483;
- Animais resgatados: 11.002;
- Operações:
 - Efetivo atuante: 27.651;
 - Viaturas: 4.405;
 - Aeronaves: 41;
 - Embarcações: 340.

6.2. Esses dados são reveladores de que as águas não retrocederam e/ou que avançaram para novas áreas, pois em menos de 96 horas os números foram acrescidos de 13 municípios afetados, 201.199 pessoas desalojadas (crescimento de 59,64%), 50 pessoas feridas e 176.831 pessoas afetadas.

6.3. Igualmente, cresceram os números de resgatados (pessoas e animais), graças aos trabalhos continuados e incansáveis e o reforço quantitativo do efetivo e de viaturas dedicadas. Porém, vê-se que a instrumentalização das operações por via de embarcações e aeronaves não recebeu qualquer reforço. Apenas a quantidade de viaturas aumentou.

6.4. Esse fato reforça a necessidade e a urgência em disponibilizar o combustível de aviação para o abastecimento de aeronaves civis atuando na ação humanitária voluntária, bem como de disponibilizar estratégia de contratação célere, para o caso de vir a ser necessária a aquisição de combustível para o abastecimento de aeronaves oficiais, uma vez que o consumo atual não era previsível e é de se depreender que os quantitativos contratados pelas diversas instituições públicas envolvidas nas operações atuais não são capazes de suportar o uso extraordinário inserido em razão da calamidade instalada no RS.

7. O acesso a inúmeras localidades está inviabilizado e/ou difícil por meio terrestre, a depender do trajeto a ser percorrido, estando igualmente dificultado por meio de aeronaves de grande porte, porque é grande a extensão alagada em todo o estado, bem como áreas com desmoronamento de terra, havendo, inclusive aeródromos com operação suspensa.

8. Foi criado um mapa interativo disponibilizado pelo Comando Rodoviário da Brigada Militar, para o acompanhamento online da evolução da situação de rodovias estaduais e federais. No dia 10 de maio a situação era:

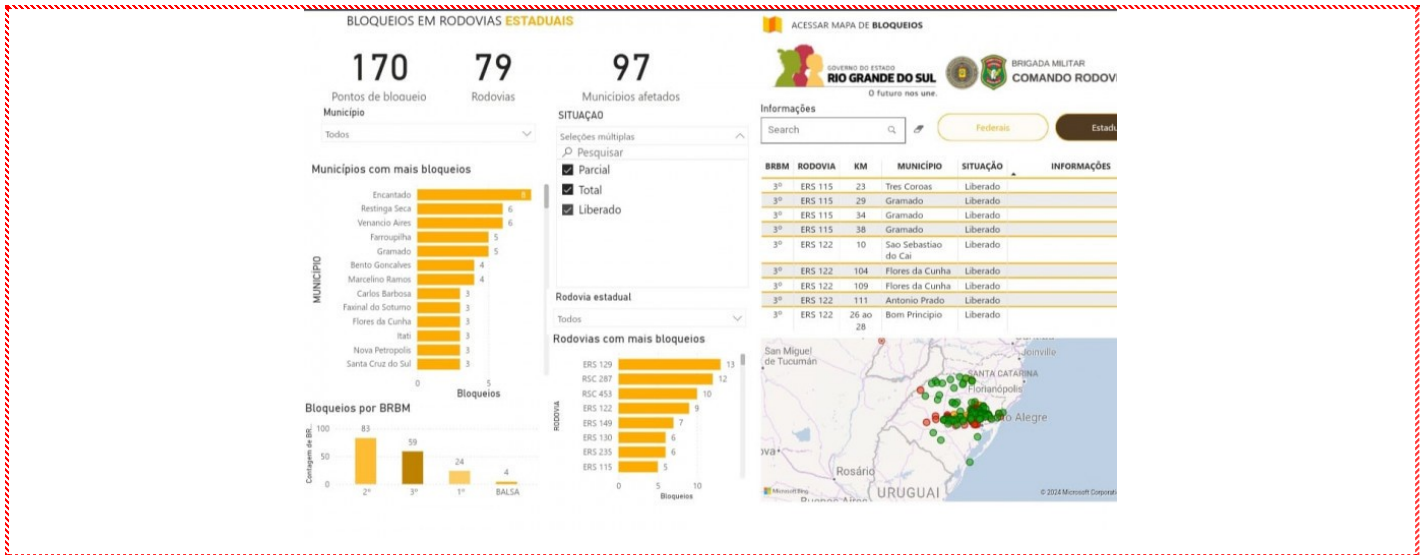
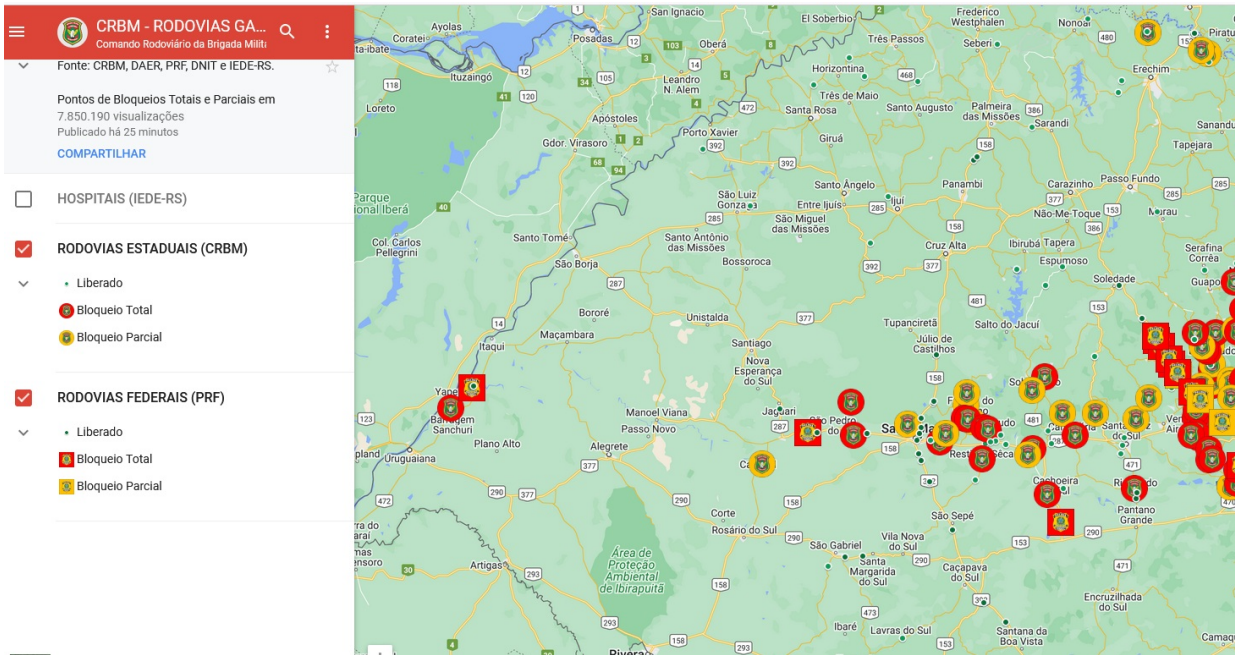


Imagem extraída na tarde de 10/5/2024. (Fonte: https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?hl=pt-BR&ll=-29.552271933752564%2C-53.391824609810804&z=12&mid=1Z1KA_gK8tH-WY6mbDeQzltsiwao7Q8)

9. Em dados de 10/5/2024, acessados em publicação ^[2] da Defesa Civil do RS, às 16h44 da referida data, o balanço dos estragos de rodovias estaduais é:
- 40 trechos, em 20 rodovias, já liberados para tráfego;
 - evolução da situação das estradas desde o início das fortes chuvas, em 29 de abril:
 - na manhã de 30 de abril, a chuva havia causado oito bloqueios totais, um bloqueio parcial e quatro pontos de observação nas rodovias estaduais;
 - no pior momento, foram 170 pontos de bloqueios de 79 rodovias em 97 municípios nas rodovias estaduais do Rio Grande do Sul;
 - Na quinta-feira (9/5), eram 73 trechos com bloqueios totais e parciais em 43 rodovias, “um número que pode mudar, já que a previsão é de mais chuvas para o Estado”;
 - Obras de arte especiais – como pontes, viadutos, passarelas e túneis – também foram muito afetadas;
 - Apenas para esses casos, relatório preliminar do DAER estima os valores necessários para a recuperação em quase R\$ 230 milhões.
- 9.1. Na noite de 13 de maio (às 22h34), a Empresa Brasileira de Comunicação, por meio da Agência Brasil, noticiou que “102 trechos de rodovias têm bloqueio total ou parcial” e que “trechos liberados podem voltar a ser fechados por causa das chuvas” e, também:
- ... Grande parte das interdições é nas estradas que passam pela Serra Gaúcha. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), dos pontos interditados, 56 estão em rodovias federais. Na via que liga Nova Petrópolis a Caxias do Sul, uma ponte cedeu após o nível de água do rio aumentar. Com a tendência do rio Guaíba subir, podendo chegar à marca de 5,5 metros, e de outros rios do estado, a PRF irá avaliar a segurança de trechos que haviam sido liberados, ou seja, se serão de ser fechados novamente, segundo o porta-voz da PRF, Ricardo de Paula, em entrevista à **TV Brasil**. (grifos nosso)
- 9.2. E a atualização dos serviços de infraestrutura do RS pela Defesa Civil estadual, também de 14 de maio, registrou, dentre outras:

...
Rodovias

As chuvas que atingiram o Estado provocam danos e alterações no tráfego nas rodovias estaduais gaúchas. Atualmente, são 101 trechos com bloqueios totais e parciais em 52 rodovias, entre estradas, pontes e balsas. As informações são do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer), consolidadas com o Comando Rodoviário da Brigada Militar (CRBM), abrangendo também rodovias concedidas e as administradas pela Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR). A Secretaria de Logística e Transportes (Selt) trabalha para desobstruir as rodovias o mais rápido possível, de maneira a garantir o tráfego de veículos e pedestres. Veja a seguir a situação de cada rodovia atingida.



Observação: no original, consta link para o mapa interativo, que se consultou, em 14 de maio, às 14h00, e inseriu-se a captura da tela acima.

Portos e aeroportos
As chuvas e enchentes que atingem o Estado destruíram boa parte da infraestrutura de estradas do Rio Grande do Sul Por isso, **portos e aeroportos formam**

corredores de transporte fundamentais nesse momento, trazendo socorro e garantindo o abastecimento das regiões atingidas. (destacamos)

Confira a situação dos três portos e dos principais aeroportos regionais que operam no Rio Grande do Sul.

Aeroportos

Aeroporto Internacional Salgado Filho: a Fraport Brasil, administradora do terminal, informa **que as operações no Porto Alegre Airport seguem suspensas por tempo indeterminado**. A orientação aos passageiros é para que entrem em contato com a sua companhia aérea para mais informações sobre os seus voos. (negrito nosso)

Aeroportos administrados pelo governo do Estado operam normalmente:

Canela
Capão da Canoa
Carazinho
Erechim
Passo Fundo
Rio Grande
Santo Ângelo
Torres

Os aeroportos administrados pela CCR aeroportos operam normalmente:

Bagé
Pelotas
Uruguaiana

Aeroportos municipais

Caxias do Sul: opera normalmente.

Santa Cruz do Sul: opera normalmente.

Portos

Porto de Porto Alegre: mantém suspensas as operações, em razão da manutenção do nível do Lago Guaíba acima da chamada cota de inundação. (destacou-se)

Porto de Pelotas: o embarque de toras de madeira segue suspenso e **as atividades estão paralisadas no terminal**. (destaque nosso)

Porto do Rio Grande: segue operando normalmente. Os ventos de quadrante sudoeste atingiram os 22 km/h e a correnteza foi de vazante durante toda a madrugada desta terça-feira (14/5), chegando a velocidade de 5,94 km/h em direção ao Oceano Atlântico.

Em função da correnteza e a fim de aprimorar a segurança das operações, a Praticagem da Barra vem fazendo uma avaliação para realizar as manobras de entrada e saída de embarcações do canal de acesso ao Porto.

9.3. Significa que o cenário viário está mais prejudicado do que estava no dia 10 de maio e, por consequência, aumenta a dependência do transporte aéreo.

9.3.1. Neste ponto, ratificamos que as operações da Defesa Civil estão, há dias, sem aumento de disponibilidade e uso de aeronaves, conforme os dados apresentados no item 4 e subitens desta nota técnica. Eram 40 aeronaves e continuam sendo 40.

10. Há voluntários que se disponibilizam para o transporte aéreo de bens e/ou pessoas, inclusive feridas, destacadamente para o transporte dos produtos doados e medicamentos, que estão com origem de transporte concentrada, em sua maioria a partir da pista da Base Aérea da cidade de Canoas, próxima a Porto Alegre, considerando que o aeroporto da capital do estado foi atingido pelas águas e não está operando, sem haver previsão da retomada das operações aeroportuárias em Porto Alegre, conforme notícias:

FAB vai abrir bases aéreas de Canoas e Santa Maria, no RS, para voos comerciais Aeroporto Salgado Filho, de Porto Alegre, ficará fechado pelo menos até o fim do mês

...

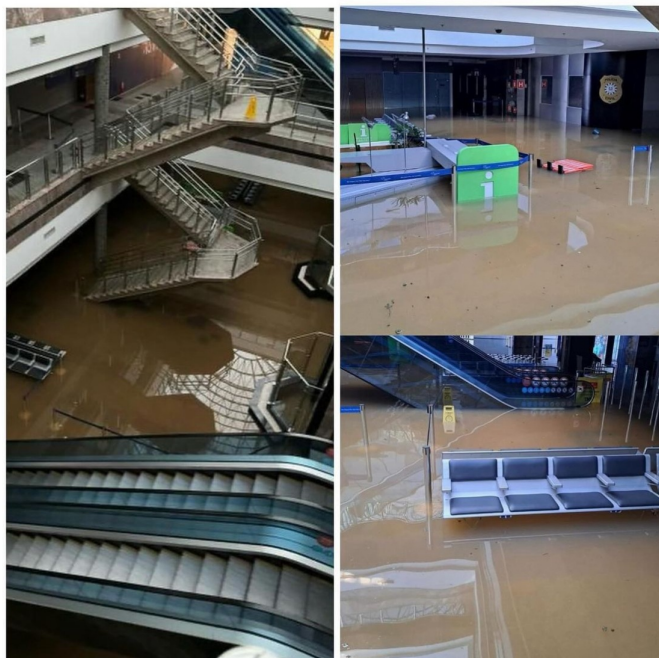
O aeroporto Salgado Filho, de Porto Alegre, está fechado desde a última sexta-feira. E não há previsão de reabertura das operações porque o terminal foi alagado, com a fortes chuvas que sacrificam o estado. O aeroporto local não deve ser liberado antes de dois meses, segundo técnicos envolvidos nas discussões.

Toda estrutura aeroportuária local, como sistema de radar, energia, luzes de balizamento da pista e a própria pista foram afetados e terão de passar por um amplo trabalho de manutenção e fiscalização de modo a garantir a segurança dos usuários.

...

Fonte: O Globo, em 07/05/2024.

10.1. Vejamos imagens atuais do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre:





11. Embora haja a disponibilidade voluntária de pessoas e aeronaves para se somarem nas ações humanitárias, o custo do abastecimento das aeronaves é empecilho para que se viabilize de forma sustentável o seu uso na assistência às áreas atingidas e a população local e das pessoas que se deslocam para esses locais para realizar o trabalho assistencial do Estado e voluntariado, pois há falta de todo gênero de infraestrutura para sua subsistência, para além das edificações submersas e/ou destruídas pelas águas, como alimentos, água potável, medicação para pessoas e animais, roupas, agasalhos e material de higiene.

11.1. Isto porque o custo do querosene de aviação é alto, sendo a parcela de custo mais relevante do transporte aéreo, e a intenção de contribuir, por este fator, encontra óbice que os voluntários não conseguem superar com recursos próprios.

12. Registra-se, por oportuno, que outras facilidades e estímulos para o voluntariado têm-se sido prestadas por meio de flexibilizações necessárias, no sentido de apoiar e viabilizar a ação humanitária voluntária da aviação civil.

12.1. Traz-se comunicado divulgado no Portal da ANAC, de 5 de maio, acerca da isenção do pagamento de tarifas aeroportuárias, no transporte aéreo voluntário de suprimentos e doações e, ainda, no resgate de pessoas, no período de 5 a 15 de maio, inicialmente:

COMUNICADO

Operadores aéreos terão isenção de tarifas aeroportuárias em voos de ajuda humanitária ao RS (destaque do original)

Medida vale até 15/5 para voos exclusivos de assistência ao estado

Publicado em 05/05/2024 20h01 Atualizado em 05/05/2024 20h31

Os operadores aéreos voluntários que transportam suprimentos, doações ou resgatistas como auxílio à urgência e calamidade no Rio Grande do Sul devem procurar as concessionárias dos aeroportos para obter a isenção das tarifas aeroportuárias desses voos. A dispensa do pagamento será garantida pelas concessionárias pelo período de dez dias a partir do dia 5 de maio, ou seja, até 15 de maio de 2024, exclusivamente para voos de assistência humanitária. O prazo pode ser prorrogado se houver manutenção da emergência no estado. A medida é uma iniciativa da ANAC e da Aeroportos do Brasil (ABR). (sublinhamos)

Em solidariedade à população atingida, a ANAC apoia as operações aéreas de ajuda humanitária ao RS. No dia 3 de maio, a Agência autorizou operadores privados, agrícolas e de táxi-aéreo, aeroclubes e Centros de Instrução de Aviação Civil (CIAC) a auxiliarem no transporte de equipes e mantimentos, desde que a operação ocorra sem remuneração ao operador. (destaque nosso)

A operação deve ocorrer segundo as regras do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC) nº 91 e, na eventualidade de transporte de enfermos, recomenda-se utilizar, como referência e no que couber, a Instrução Suplementar (IS) nº 135-005.

Voluntários devem entrar em contato com a Defesa Civil do RS (destaque do original)

As operações aéreas destinadas à ajuda humanitária ao RS só poderão ser realizadas por operadores voluntários que coordenarem suas ações previamente com a Defesa Civil do Estado do RS É preciso enviar uma mensagem para o número de WhatsApp divulgado pelo órgão (519 8402-7396) com as informações abaixo:

(destaque nosso)

Tipo de aeronave

Capacidade de carga

Prefixo

Localização atual

Telefone de contato

13. Considerando a representatividade do uso dessas aeronaves nas ações estaduais e federais para a efetividade, tempestividade e mais alcance da assistência, neste momento de crise no Estado do Rio Grande do Sul, o Governo Federal também precisa ofertar solução de abastecimento das aeronaves em ação humanitária voluntária, que está sob a coordenação da Defesa Civil do Estado, conforme o comunicado, supratranscrito.

14. Neste momento, a Força Aérea Brasileira, por meio do Comando de Operações Especiais - COMAE, no âmbito da instalado em Brasília/DF, centraliza de maneira integrada "o planejamento, o acompanhamento e o controle de todas as operações aéreas efetuadas nas áreas de enchente", conforme noticiado no portal daquela força, em 6 de maio, último:

O COMAE dá o suporte operacional e de infraestrutura à Força Aérea Componente (FAC) do Comando Conjunto Ativo. Desta forma, tanto em Brasília, quanto em Porto Alegre, a arquitetura de Comando e Controle da FAB permite planejar, programar e controlar todas as operações aeroespaciais destinadas ao atendimento imediato na área afetada pelas inundações", explica o Comandante da Força Aérea Componente, Brigadeiro do Ar Alessandro Cramer.

Desde o início da operação, na quarta-feira (01/05), a FAC foi responsável pela coordenação de 699 movimentos aéreos em Canoas (RS) e mais de 70 em Santa Maria (RS).

14.1. A referida notícia é referência, ainda, para demonstrar a relevância do transporte aéreo na região e a intensificação dos voos, no presente:

Controle de tráfego aéreo

Houve um aumento de 60% no número de movimentos aéreos diários em Santa Maria, uma vez que só as aeronaves de Busca e Salvamento somaram mais de 70 movimentos desde que iniciaram os resgates. O controle de tráfego aéreo está sendo realizado pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), por meio do Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Santa Maria (DTCEA-SM), Unidade subordinada ao Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA II).

Em Porto Alegre, o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Canoas (DTCEA-CO) executa o controle de tráfego aéreo da região de Porto Alegre.

Apenas no sábado (04), foram registrados 184 movimentos aéreos de aeronaves que auxiliam no resgate de pessoas. "Estamos trabalhando diuturnamente para possibilitar a operação segura e eficiente das aeronaves envolvidas nos resgates em apoio às vítimas da tragédia. Nossos militares atuam 24 horas por dia no Controle de Aproximação (APP-PA) e Rádio Canoas (AFIS-CO)", ressalta o Comandante do DTCEA-PA, Capitão Aviador Carlos Emílio Pinto.

14.2. Em publicação de 8 de maio, aquele portal noticiou o recebimento do primeiro voo humanitário da empresa aérea Azul, trazendo doações:

TODOS PELO SUL

Base Aérea de Canoas recebe 1º voo humanitário da Azul com donativos

Foram transportados cerca de 3,5 toneladas de doações, entre fardos de água, cobertores, soro fisiológico e outros itens essenciais às vítimas da enchente no estado

...

"Na fase 2, quatro empresas aéreas e a FAB realizarão missões de entrega de mantimentos em cinco horários distintos: 07h, 9h, 11h, 13h e 15h. Já a fase 3 consiste no transporte de cidadãos gaúchos, que se encontram fora do estado"

São várias ações que trazem toneladas de produtos ao Rio Grande do Sul que precisam ser escoados e, como se disse, o transporte aéreo é imprescindível à sua distribuição. Outro exemplo, para registro da notoriedade e grandeza da necessidade em comento neste documento, noticiado em 8 de maio, no Portal gov.br:

CHUVAS

Voos com mais 25 toneladas de donativos e reforço da Força Nacional do SUS chegam ao Rio Grande do Sul (grifamos)

Base Aérea de Canoas vai passar a receber voos comerciais para compensar o fechamento do aeroporto de Porto Alegre

Dentro da rotina de voos frequentes de ajuda humanitária estabelecida pelo Governo Federal para auxiliar a população do Rio Grande do Sul, uma nova operação levou mantimentos, equipamentos, medicamentos, doações e reforços às equipes de saúde e salvamento na manhã desta quarta, 8/5.

A aeronave KC-30, da Força Aérea Brasileira, decolou de São Paulo às 10h37 e aterrissou em Canoas no início da tarde. Na bagagem, 25 toneladas embarcadas, entre 6,5 toneladas em purificadores de água, 1,3 tonelada de remédios, três toneladas de cestas básicas, três toneladas de água potável, 1,6 tonelada de itens de higiene pessoal, 600 quilos em colchões, 1,7 tonelada de cobertores e 7,3 toneladas de soro fisiológico.

Um segundo voo em um cargueiro KC-390 conduziu de Brasília a Canoas 44 novos integrantes da Força Nacional do Sistema Único de Saúde, além de reforços para equipes da Conab, que lida com a entrega e armazenagem de cesta de alimentos, e de integrantes da Polícia Rodoviária Federal e do Corpo de Bombeiros.

A campanha de doações teve início na sexta-feira (3/05) e convocou a comunidade a doar roupas, colchonetes, água potável e gêneros não perecíveis. Os pontos de coleta seguem ativos: Base Aérea do Galeão (Rio de Janeiro), Base Aérea de São Paulo e Base Aérea de Brasília, que centralizam as doações das 8h às 18h.

VOOS COMERCIAIS - A Base Aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul, será aberta nesta quarta para voos comerciais. A intenção é suprir a demanda do fechamento do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, que alagou após as fortes chuvas no estado. Uma parceria entre Ministério de Portos e Aeroportos, FAB, Agência Nacional de Aviação Civil e companhias aéreas permitiu a alternativa.

As operações serão em fases. A primeira tem início nesta quarta, em parceria entre a Azul Linhas Aéreas e a FAB. A empresa vai realizar o primeiro voo humanitário com mantimentos arrecadados para Canoas (RS). O voo parte de Campinas, ponto focal de insumos recebidos em mais de 500 postos de arrecadação organizados pela companhia. Em seguida, passa pela Base Aérea de São Paulo, em Guarulhos, para incluir mais donativos. A aeronave sairá de Guarulhos às 12h e chegará à cidade de Canoas às 15h10.

Na fase 2, nesta quinta-feira (09/05), quatro empresas aéreas e a FAB vão realizar as missões de entrega de mantimentos em cinco horários. Já a fase 3 consiste no transporte de cidadãos gaúchos que se encontram fora do estado.

LANÇAMENTO - A FAB vai iniciar uma ação de lançamento de donativos e materiais essenciais por via aérea, em locais que seguem mais isolados. **As missões buscam trazer agilidade no atendimento à população atingida enquanto algumas das estradas seguem obstruídas.** (destacamos)

14.3. São materiais que precisam ser distribuídos para as diversas aéreas atingidas e a distribuição precisa ser realizada por aeronaves menores (asa fixa e rotativa) e esse é o porte das aeronaves ofertadas voluntariamente, no momento, adicionalmente às operações realizadas pelas aeronaves oficiais, reforçando a motivação da iniciativa federal de elaboração de estratégia de contratação centralizada para disponibilização de solução de contratação do fornecimento e abastecimento de aeronaves a que precisar, em âmbito federal, estadual e/ou municipal.

15. A página principal do Portal gov.br tem um banner que anuncia: AÇÕES FEDERAIS NO RIO GRANDE DO SUL. O banner dá acesso à comunicação resumida que "O Governo Federal acionou todos os ministérios para garantir, nas mais distintas áreas, a assistência à população gaúcha afetada pelas fortes chuvas, em parceria com o governo estadual e os municípios. Os detalhes desse trabalho estão reunidos e disponíveis nesse espaço".

16. Dentre essas ações, em reunião do grupo de crise, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, realizada em 9 de maio de 2024, restou requerido que a Central de Compras planeje contratação estratégica para o abastecimento de aeronaves privadas que, em caráter voluntário, são disponibilizadas para o transporte aéreo requerido para a distribuição dos produtos doados e outros materiais aos municípios que deles necessitam, bem como para operações de resgate, sendo o combustível fornecido sob o custeio por meio de recursos públicos.

16.1. Lembra-se que o direito à vida é fundamental e condiciona os demais direitos da pessoa, a exemplo da vida digna, razão pela qual é o bem jurídico a ser tutelado mais importante, não podendo, assim, ser negligenciado ou lesado em nome de qualquer rigor normativo. Neste sentido, há regime especial de registro de preços, previsto na Medida Provisória nº 1.221/2024, no âmbito das ações voltadas ao RS, relacionadas à calamidade pública em curso.

16.2. Cumpre esclarecer que a situação tão grave do RS está levando os efetivos daquele estado à atuação exclusiva e incansável nas soluções imediatas requeridas pela calamidade, razão pela qual, com inúmeras tentativas de contato com a defesa civil do RS, por alguns dias seguidos, não conseguimos atendimento às chamadas e nem a mensagens encaminhadas por WhatsApp.

16.3. Pretendia-se apurar com aquele órgão regional melhor conhecimento da necessidade de abastecimento das aeronaves civis dos voluntários, inclusive a estimativa de quantidades, mas obtivemos a compreensão de que os servidores não podem se desviar do que é preêupuo, presente e indispensável para a perda de menos vidas e/ou patrimônio público e privado e das infraestruturas que servem as localidades e sua população.

17. Com esse entendimento, a equipe dedicada ao presente projeto focou na proatividade, em buscas de informações para após obtidas foram consolidadas e submetidas à ratificação das autoridades competentes. Por isso, realizou-se reuniões com a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - Registro de Reunião ANP (42020676), a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC - e a Força Aérea Brasileira - Registro de Reunião - FAB (42090696).

18. Ainda, reuniu-se com a associação representativa dos pilotos de helicópteros - Associação Brasileira de Pilotos de Helicóptero - ABRAPHE - e com as distribuidoras de combustível de aviação presentes na região sul brasileira, sendo a Raízen - Registro de Reunião Distribuidora Raízen (42053976) e a Vibra - Registro de Reunião Distribuidora Vibra Energia (42044560) , que operam regulamente, conforme as normas estabelecidas pela ANP, diretamente e por meio de suas redes de revendedores. Houve reunião com a Jetfly - Registro de Reunião Revendedora Jetfly (42067431), que esclareceu ser revendedora, sendo a BP a distribuidora do combustível que revende.

18.1. Tais contatos nos permitiram obter diversas informações relevantes para a contratação em instrução, devendo serem destacadas:

18.1.1. É necessário o abastecimento de aeronaves com combustível tipo Jet A e, em proporção de aproximadamente 10% das aeronaves, com a gasolina de aviação (AVGAS).

18.1.2. Há dificuldade para fazer o combustível chegar a alguns aeródromos, mas está acontecendo a entrega, em diversas rotas rodoviárias, orientada e acompanhada pela Polícia Rodoviária Federal, inclusive com escolta;

18.1.3. É necessário ofertar a informação de quais são as aeronaves elegíveis para o abastecimento no âmbito da contratação em comento;

18.1.4. Quanto ao preço, habitualmente, são 2 modelos utilizados nos contratos. Um para reajuste mensal, parametrizada pela tabela de preço publicada pela ANP ou preço fixo por 1 ano e reajuste após o marco temporal pelo IPCA.

18.1.4.1. No ato do abastecimento, é emitido o CE, que é o comprovante de entrega do abastecimento, e, após, a filial regional da distribuidora emite nota fiscal diária, consolidando os CE da data. O CE tem a informação do prefixo da aeronave e também do respectivo piloto. Os CE emitidos constam de sistema de controle informatizado da distribuidora. Sua assinatura pelo piloto, no entanto fica apenas no CE em papel, que fica no ponto de abastecimento do aeródromo. Conseguem estratificar as informações em relatório por prefixo de aeronave e também por aeródromo;

18.1.5. Os aeródromos menores, via de regra, têm o abastecimento por revendedores que adquirem livremente o combustível, chamados de posto sem bandeira e que não podem ser certificados como cumpridores das normas da ANP;

18.1.6. A ABRAPHE, que representa os pilotos de helicóptero, pode direcionar o abastecimento apenas em aeródromos com abastecimento com combustível com bandeira distribuidora, o que permite a seleção de locais controlados pelo poder público;

18.1.7. A Defesa Civil do RS cadastra a aeronave de aplicação voluntária e designa as missões que realizará;

18.1.8. Aproximadamente 10% das aeronaves utilizam gasolina de aviação;

18.1.9. A relação de aeronaves cadastradas e autorizadas para voar no espaço aéreo do RS, em razão de estar atuando nas ações humanitárias, voluntariamente, não deve aumentar significativamente, ao menos em quantidade, porque uma ou outra sairão gradativamente da operação voluntária, porque o custo a ser suportado é alto e algumas podem aderir, atraídas pela garantia de o combustível será franqueado pelo poder público;

18.1.10. O espaço aéreo do RS está sob controle e com acesso limitado às aeronaves autorizadas, situação sob controle do Cindacta 2, subordinado ao DECEA;

18.1.11. Dentre as aeronaves, há de táxi aéreo e também de proprietários privados, os de empresas de táxi aéreo, provavelmente se retirem das operações, com o passar do tempo, porque precisarão atuar comercialmente para a sustentabilidade de seus negócios;

18.1.12. Há 3 (três) modelos de fornecimento utilizados pelas distribuidoras: operação pela própria distribuidora, mediante a concessão em seu favor, com equipe por empregados dela; revendedor que pode vender para clientes da distribuidora e/ou outros, em seu próprio nome e o terceiro, em que há um terceirizado da distribuidora para fazer a operação do abastecimento, exclusivamente para os clientes da distribuidora;

18.1.13. Há duas modalidade de abastecimento. A por "boca de tanque", com o abastecimento direto nas aeronaves, e o abastecimento "a granel", que envolve armazenamento e distribuição conforme demanda.

18.1.14. O abastecimento a granel pode implicar riscos como a presença de água e de outros resíduos invasores no combustível e o risco de derramamento e poluição do solo, decorrentes da manipulação, e, também, risco de derramamento e poluição do solo. Nota-se que haveria o risco de abastecer-se aeronaves com combustível fora das especificações seguras e até dar causa a incidentes e/ou acidentes aeronáuticos, colocando em risco bens e pessoas. Além disto, a

Administração seria responsável por indicar locais para o armazenamento e estruturar a operação do abastecimento, atividade que não se insere nas premissas e de especialidade da administração pública.

18.1.15. Não foi possível realizar a inclusão no Plano de Contratações e Aquisições (PCA) conforme os trâmites usuais e no momento previsto, pois não se tinha conhecimento, nem era previsível a situação que gerou a necessidade da contratação em curso.

18.1.15.1. É situação consonante com as disposições previstas na legislação vigente, que permitem a adoção de medidas excepcionais em situações de emergência que exijam a rápida mobilização de recursos e ação imediata do poder público.

18.1.15.2. Dada a urgência e a relevância da contratação para o atendimento às necessidades emergenciais da população, prioriza-se a eficiência e a celeridade no processo de contratação, garantindo a pronta disponibilidade do serviço de fornecimento de querosene de aviação para as operações aéreas de apoio às vítimas da calamidade, sem prejuízo ao atendimento aos requisitos legais e aos princípios da administração pública, a despeito de a contratação não ter sido planejada para o ano em que ocorrerá.

19. Dos requisitos da contratação

19.1. São requisitos da contratação:

- Registro de preços para o fornecimento e abastecimento de combustível de aviação do tipo querosene, denominado Jet A, e do tipo gasolina de aviação, denominado AVGAS;
- Registro de preços para contratação exclusivamente de fornecedores distribuidores de combustível de aviação autorizados pela ANP, admitido o abastecimento por intermédio de suas redes de revendedores autorizados;
- Possibilidade de registro de preços de mais de um fornecedor/distribuidora de combustível, quando ocorrer mais de uma proposta com quantitativo inferior ao global estimado para cada item, de forma a minimizar os riscos de falta de combustível para o abastecimento. Neste caso, ficando a escolha da fornecedora, neste caso, a cargo do piloto da aeronave;
- Admissão de preço diferente do mesmo combustível, para as diferentes cidades;
- Possibilidade de registro de preço com quantidade inferior ao total estimado para o item, quando assim for cotado pela distribuidora;
- Abastecimento exclusivo para a operação por voluntários e de aeronaves em uso para à ajuda humanitária, devendo ser cadastrada pela Defesa Civil do estado ou outro órgão oficial que venha, eventualmente, a assumir a coordenação das ações humanitárias;
- A contratante será a responsável por informar os prefixos das aeronaves cadastradas na Defesa Civil do estado e pelo acompanhamento contínuo e comunicação imediata de eventuais inclusões e exclusões de aeronave do cadastro, bem como da suspensão ou interrupção de ações humanitárias por meio de aeronaves civis operadas de forma voluntária e gratuita;
- Escopo geográfico de fornecimento abrangendo os aeródromos dotados de estrutura de abastecimento seguro de aeronaves, com observância dos regulamentos da ANP, nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, este último por ser estado vizinho e em razão de haver informações de que há carregamentos com origem naquele estado, destinados ao RS;
- Possibilidade de participação por meio de manifestação em procedimento de intenção de registro de preços - IRP, bem como de adesão tardia restrita a órgãos e entidades que apresentem demandas comprovadamente possíveis de enquadramento no regime especial de contratação e registro de preços estabelecido na Medida Provisória nº 1.221/2024, que regerá os procedimentos de registro de preços e de contratação;
- Preço reajustável mensalmente, mediante utilização de referencial de preço especializado (ANP), devendo o detalhamento dos componentes de custo fixos e variáveis e fórmula de cálculo serem definidas no Termo de Referência;
- Gerenciamento da(s) ata(s) de registro de preços pela Central de Compras;
- Não é permitida a subcontratação. Esclarece-se que os combustíveis serão fornecidos exclusivamente pela distribuidora contratada, que realizará o abastecimento por meio de seus pontos de abastecimento, inclusive os de sua rede autorizada, sendo a venda processada como descrito no item 18.1.4.1., supra: "No ato do abastecimento, é emitido o CE, que é o comprovante de entrega do abastecimento, e, após, a filial regional da distribuidora emite nota fiscal diária, consolidando os CE da data.

20. Dos requisitos de sustentabilidade

20.1. Com base na legislação vigente e no Guia de Sustentabilidade AGU, o termo de referência deverá estabelecer as seguintes obrigações da contratada:

- I. A contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Decreto nº 10.936, de 2022, e a Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA, para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação e:
 - a) estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;
 - b) possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;
 - c) possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.
- II. A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:
 - a) elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;
 - b) adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;
 - c) informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

21. Do registro de preços

21.1. Em razão de o abastecimento de aeronaves ser objetivado para diversas localidades e, notadamente, o preço de combustíveis no Brasil ser variável, tanto a depender da distribuidora quanto a depender dos tributos incidentes (há tributos municipais), quanto em razão de outros componentes de custo, é necessário, que se realize o registro de preços admitindo-se preços diferentes dentre as diversas localidades de seu fornecimento, a exemplo da influência do fator de custo "frete" no preço local e, que sejam registrados os preços das diferentes distribuidoras presentes na região sul, de forma a propiciar o atendimento pleno da necessidades, considerando que a maioria dos aeródromos tem estrutura de abastecimento de aeronaves por apenas uma distribuidora, bem como porque a situação calamitosa também pode dar causa ao esgotamento de combustível seja por localidade ou para um ou mais distribuidores, em razão da dificuldade de transporte do combustível por via diversa da aérea, relatada nesta nota técnica, supra.

21.2. Para buscar a delimitação de quantidades mínimas para a cotação de preços para o fornecimento de combustível nos pontos de abastecimento das aeronaves, no RS e/ou Santa Catarina - SC, a Central de Compras realizou contatos e reunião com associação representativa de pilotos de aeronaves na categoria asa rotativa, à qual corresponde o Registro de Reunião ABRAPHE (42015780), da presente instrução processual.

21.3. Considerando a impossibilidade de estimar com exatidão ou proximidade quanto combustível será necessário, seja pelo uso diário ou mensal, desconhecendo-se até mesmo o tempo em que perdurará a situação calamitosa e/ou o prazo em que perdurará a disponibilidade voluntária de aeronaves, partiu-se da informação da quantidade estimada de litros de combustível no Ofício ABRAPHE - estimativa de quantidades de combustíveis da demanda #2052472), atualizada pelo Ofício ABRAPHE - estimativa de quantidades de combustíveis da demanda #2052472). A associação representa os pilotos de helicóptero e assumiu junto aos

representados as atividades de orientação e monitoramento de sua atuação na ações humanitárias em curso em favor do RS.

- 21.4. **O critério de julgamento e a adjudicação** observarão o menor preço por item, observando que a interessada poderá ofertar proposta para um, mais de um ou todos os itens.
- 21.5. Assim, o registro de preços terá por **objeto** o fornecimento de combustível, sendo:

- 21.5.1. **Itens 1 a 12 - Descrição:** fornecimento de querosene de aviação tipo Jet por distribuidora de combustível de aviação atuante no RS e/ou em SC, incluída a operação de abastecimento, admitido o abastecimento por meio de sua rede de revendedores. **Unidade de medida:** litro. A quantidade estimada por localidade de fornecimento está informada na Tabela 1, infra. Será admitida a oferta de quantidade inferior à estimada no termo de referência;
- 21.5.2. **Item 13 a 24 - Descrição:** fornecimento de gasolina de aviação tipo AVGAS por distribuidora de combustível de aviação atuante no RS e/ou em SC, incluída a operação de abastecimento, admitido o abastecimento por meio de sua rede de revendedores. **Unidade de medida:** litro. A quantidade estimada por localidade de fornecimento está informada na Tabela 1, infra. Será admitida a oferta de quantidade inferior à estimada no termo de referência.

TABELA 1

Demanda da Particante e Gerenciadora - Central de Compras - Código UASG 201057									
Objeto: aquisição, por demanda, de querosene e gasolina de aviação									
Item	Descrição	CATMAT	Tipo de Produto	Localidade do Aeródromo	UF	Quantidade Estimada Mensal (litros)	Quantidade Estimada Global - 12 meses (litros)	Preço unitário estimado do litro (R\$)	Custo Global estimado do item (R\$)
1	Querosene para aviação	461558	JET A	Canoas	RS	100.000	1.200.000	7,6874	9.224.880,0000
2	Querosene para aviação	461558	JET A	Caxias do Sul	RS	76.000	912.000	13,2755	12.107.256,0000
3	Querosene para aviação	461558	JET A	Passo Fundo	RS	76.000	912.000	11,1603	10.178.193,6000
4	Querosene para aviação	461558	JET A	Pelotas	RS	76.000	912.000	11,1800	10.196.160,0000
5	Querosene para aviação	461558	JET A	Porto Alegre	RS	76.000	912.000	9,0853	8.285.793,6000
6	Querosene para aviação	461558	JET A	Santa Maria	RS	100.000	1.200.000	7,5799	9.095.880,0000
7	Querosene para aviação	461558	JET A	Uruguaiana	RS	76.000	912.000	13,0000	11.856.000,0000
8	Querosene para aviação	461558	JET A	Chapecó	SC	76.000	912.000	13,0000	11.856.000,0000
9	Querosene para aviação	461558	JET A	Florianópolis	SC	100.000	1.200.000	9,2717	11.126.040,0000
10	Querosene para aviação	461558	JET A	Jaguaruna	SC	76.000	912.000	13,0000	11.856.000,0000
11	Querosene para aviação	461558	JET A	Joinville	SC	76.000	912.000	13,0000	11.856.000,0000
12	Querosene para aviação	461558	JET A	Navegantes	SC	100.000	1.200.000	7,8101	9.372.120,0000
18	Gasolina para aviação	461509	AVGAS	Santa Maria	RS	18.600	223.000	33,0000	7.365.600,0000
21	Gasolina para aviação	461509	AVGAS	Florianópolis	SC	15.000	180.000	18,1517	3.267.306,0000
Custo Global Estimado - 12 meses (R\$)		137.643.229,20							

21.6. **Metodologia de estimativa das quantidades constantes da Tabela 1**

- 21.6.1. Como registrado na presente nota técnica, não conseguimos contato com a defesa civil e fizemos as estimativas a partir do ofício da ABRAPHE, por ser o único dado de volume de demanda a que se teve acesso.
- 21.6.2. Em razão de ser desconhecido o escalonamento futuro da crise e da ocorrência de chuvas e consequências, dividiu-se a demanda para além dos aeródromos do RS, incluindo também as possibilidades localizadas no Estado de Santa Catarina, consideradas todas as distribuidoras de combustível de aviação que estão presentes nos dois estados.
- 21.6.3. Estabeleceu-se quantidades maiores para os aeródromos maiores (Florianópolis, Navegantes, Canoas e Santa Maria), à exceção do Aeroporto de Porto Alegre, que ainda demorará alguns meses para voltar a operar.
2. Distribuí nos pontos em que as empresas declararam que já atuam;
3. Para Florianópolis, Navegantes, Canoas e Santa Maria atribuí quantidades maiores; para os demais pontos, dividi equitativamente o restante.

21.7. **Da adesão tardia**

- 21.7.1. Será admitida a adesão tardia por órgãos e entidades das esferas federal, estadual, distrital e municipal, conforme permissivo da Lei 14.133/2021, ao art. 85, §3º, inciso I e observados os requisitos do art. 31 do Decreto nº 11.462/2023. Não haverá limites quantitativos para a adesão, conforme dispõe a Medida Provisória nº 1.221/2024, em seu art. 12, para os casos de registro de preços gerenciado pela Central de Compras da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos .

21.8. **Indicação de marca ou modelo**

- 21.8.1. Inaplicável para o caso concreto. Considerando a natureza do objeto a ser licitado e que a indicação de marca é medida excepcional, nos termos do art. 41, da Lei n.º 14.133, de 2021, não foram encontrados motivos, na fase de planejamento, para sua adoção, cabendo à contratada se certificar da qualidade do produto próprio comercializado.

21.9. **Da vedação de contratação de marca ou produto**

- 21.9.1. Inaplicável para o caso concreto. Considerando a natureza do objeto a ser licitado e que a indicação de marca é medida excepcional, nos termos do art. 41, da Lei n.º 14.133, de 2021, não foram encontrados motivos, na fase de planejamento, para sua adoção, cabendo à contratada se certificar da qualidade do produto próprio comercializado.

21.10. **Da exigência de amostra**

- 21.10.1. Inaplicável para o caso concreto. Considerando a natureza do objeto a ser licitado e que a vedação de marca é medida excepcional, nos termos do art. 41, da Lei n.º 14.133, de 2021, não foram encontrados motivos, na fase de planejamento, para sua adoção, cabendo à contratada se certificar da qualidade do produto próprio comercializado;

21.11. **Da exigência de carta de solidariedade**

- 21.11.1. Não aplicável a esta contratação. A jurisprudência do TCU, quando da vigência da Lei n.º 8.666, de 1993, era pela sua excepcionalidade (ex: Acórdão n.º 224/2020 – Plenário; sessão de 5 de fevereiro de 2020). O caput do art. 41 da Lei n.º 14.133, de 2021, manteve como medida excepcional que deve ser motivada. No caso concreto, o equivalente à fabricante seria a refinaria. Ocorre que, a partir de consultas ao mercado, à respectiva agência reguladora e à legislação, verificou-se que o objeto só poderá ser atendido por distribuidor ou revendedor, sendo inexistente por refinaria.

21.12. **Garantia da contratação**

- 21.12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pela Nota Técnica SEI nº 19737/2024/MGI, apêndice deste Termo de Referência.razões constantes da Diante da opção disposta no caput do art. 96 da Lei n.º 14.133, de 2021, da emergência da contratação e do fato de que os agentes que atuam no mercado autorizados pela ANP estão aptos para perfeita execução contratual, e que o pagamento ocorrerá somente após a comprovação do fornecimento, não se vislumbrou risco aparente que justificasse a exigência de prestação de garantia.

21.13. **Vigência da ata:** a validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento da situação de calamidade pública.

21.14. **Vigência contratual:** os contratos terão prazo de duração de até um ano, prorrogável por igual período, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a administração pública, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento da situação de calamidade pública, conforme disposto no art. 15 da Medida Provisória nº 1.221/2024.

22. Da habilitação do fornecedor

22.1. Considerando que há apenas 2 (duas) distribuidoras de combustíveis de aviação na região sul brasileira, ou seja, por haver restrição de fornecedores será dispensada a apresentação de documentação relativa às regularidades fiscal e econômico-financeira e delimitados os requisitos de habilitação jurídica e técnica ao estritamente necessário à adequada execução do objeto contratual, nos termos autorizativos do art. 4º da Medida Provisória nº 1.221/2024.

23. Dos requisitos formais para a instrução da dispensa de licitação

23.1. Em observância ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, passa-se a demonstrar a conformidade legal, relacionando as informações e/ou documentos pertinentes, ponto a ponto:

I - documento de formalização de demanda (DFD):

O documento 41938302, do presente processo, corresponde ao DFD;

II - estimativa de despesa:

Considerando as quantidades e os preços unitários estimados, a despesa global estimada é de R\$ 137.643.229,20 (cento e trinta e sete milhões, seiscentos e quarenta e três mil duzentos e vinte e nove reais e vinte centavos), conforme detalhamento presente na Tabela 1, supra.

III - parecer jurídico:

O processo será submetido à análise da consultoria jurídica e, oportunamente, ocorrerá a juntada do parecer no presente processo;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido:

A previsão de recursos orçamentários não se aplica ao registro de preços;

V - comprovação de que o(s) detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s) preenche(m) os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária:

A ser verificado, na fase de habilitação das participantes interessadas e comprovado na instrução processual, oportunamente;

VI - razão da escolha do contratado.

As escolhidas para serem contratadas são as distribuidoras que fornecem o combustível de aviação na área geográfica pretendida ;

VII - justificativa de preço.

Os preços serão coletados por meio da ferramenta informatizada para Dispensa Eletrônica, disponibilizada no Sistema de Compras do Governo Federal, de que trata a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME nº 67, de 8 de JULHO de 2021. A sua vantajosidade e compatibilidade com os preços de mercado serão verificadas a par documento Nota Técnica 20563 de Precificação (42109109), deste processo.

VIII - autorização da autoridade competente. Será juntada no processo, oportunamente .

CONCLUSÃO

24. Considerando a adequação do objeto da contratação à necessidade da Administração, a demonstrada vantajosidade dos preços cotados, a aderência normativa dos procedimentos e o cumprimento das condições de habilitação, propõe-se a realização de IRP, o processamento de dispensa eletrônica e o registro dos preços de distribuidoras de combustíveis de aviação com proposta válida aprovada e atendidos os requisitos para a sua habilitação.

RECOMENDAÇÃO

25. Recomenda-se as providências de submissão do processo e das minutas e artefatos à consultoria jurídica e demais atos administrativos posteriores.

26. Na elaboração da minuta de contrato, com fundamento na Medida Provisória nº 1.221/2024, recomenda-se incluir as seguintes obrigações da contratante:

- I. mapear os riscos relativos à fase de gestão contratual e realizar o gerenciamento dos riscos identificados, conforme preconiza a Medida Provisória nº 1.221/2024, no inciso II do art. 3º;
- II. disponibilizar toda aquisição ou contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas, no prazo de sessenta dias, contado da data da aquisição ou da contratação, indicando expressamente que a aquisição ou aquisição foi realizada com fundamento na Medida Provisória nº 1.221/2024 e devendo constar:
 1. o nome da empresa contratada e o número de sua inscrição na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda ou o identificador congênere no caso de empresa estrangeira que não funcione no País;
 2. o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de aquisição ou de contratação;
 3. o ato autorizativo da contratação direta ou o extrato decorrente do contrato;
 4. a discriminação do bem adquirido ou do serviço contratado e o local de entrega ou de prestação do serviço;
 5. o valor global do contrato, as parcelas do objeto, os montantes pagos e, caso exista, o saldo disponível ou bloqueado;
 6. as informações sobre eventuais aditivos contratuais;
 7. a quantidade entregue ou prestada durante a execução do contrato, nas contratações de bens e serviços, inclusive de engenharia; e
 8. as atas de registros de preços das quais a contratação se origine.

27. Na elaboração da minuta de contrato, com fundamento na Medida Provisória nº 1.221/2024, recomenda-se incluir a seguinte obrigação da contratada:

- I. aceitar, nas mesmas condições contratuais iniciais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, limitados a cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.

ANEXOS

28. São anexos desta nota técnica:

- Termo de Referência nº 8/2024 (42321537);
- Apêndice I do TR - Planilha para modelo de apresentação da proposta (42150000);
- Apêndice II do TR - Planilha de custo para formação de preços (42150002);
- Nota Técnica 20563 de Precificação - Apêndice III do TR (42109109);
- Anexo 1 da NT 20563 Precificação - material de consulta (42109911);
- Anexo 2 da NT 20563 Precificação - Mapa Comparativo (42109928);
- Anexo 3 da NT Precificação- Planilha de itens da contratação com os preços (42110007).

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

Sandra Maria de Menezes Belota
SIAPE nº 1100710

Documento assinado eletronicamente

Klayton Ângelo Azevedo Lucena
SIAPE nº 1636540

Documento assinado eletronicamente

Francisco Rogério Lima da Silva
Coordenador de Projeto
SIAPE nº 1283935

Documento assinado eletronicamente

Pâmella Elis Bandeira
SIAPE nº 1089490

Documento assinado eletronicamente

Tobias Baldissera Bolzan
SIAPE nº 1718287

Documento assinado eletronicamente

José Sérgio Marques dos Santos
Coordenador de Projeto
SIAPE nº 1317103

De acordo. Encaminhe-se à Central de Compras para conhecimento e, se de acordo, encaminhar à Coordenação-Geral de Licitações para os trâmites necessários.

Documento assinado eletronicamente

MARFISA CARLA DE ABREU MACIEL CASTRO
Coordenadora-Geral de Estratégias de Aquisições e Contratações

De acordo. Encaminhe-se para a Coordenação-Geral de Licitações para providências.

Documento assinado eletronicamente

LARA BRAINER MAGALHÃES TORRES DE OLIVEIRA
Diretora da Central de Compras

[1] Disponível em <https://www.defesacivil.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-10-5-12h> . Informações coletadas na web às 16h15 de 10/5/2024.

[2] Fonte: <https://www.defesacivil.rs.gov.br/balanco-mostra-a-dimensao-dos-estragos-nas-rodovias-estaduais-do-rs>



Documento assinado eletronicamente por **Lara Brainer Magalhães Torres de Oliveira, Diretor(a)**, em 28/05/2024, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Maria de Menezes Belota, Analista**, em 28/05/2024, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marfisa Carla de Abreu Maciel Castro, Coordenador(a)-Geral**, em 28/05/2024, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Rogerio Lima da Silva, Coordenador(a)**, em 28/05/2024, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Sérgio Marques dos Santos, Coordenador(a)**, em 28/05/2024, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pâmella Elis Bandeira, Administrador(a)**, em 28/05/2024, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tobias Baldissera Bolzan, Analista Técnico-Administrativo**, em 28/05/2024, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rute Cléa Pereira de Noronha, Coordenador(a)**, em 28/05/2024, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Klayton Angelo Azevedo Lucena, Coordenador(a) de Projeto**, em 28/05/2024, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **42320565** e o código CRC **78595CB4**.